

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2001

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada** (4.ª Revisão – 1997).
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
 - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
 - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo III, constituído, também, por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo IV, constituído por 2 temas de opção.
- Nos Grupos I e IV tenha atenção às instruções que antecedem os respectivos itens ou temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

V.S.F.F.

129/1

I

Após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só os quatro primeiros serão classificados.

A abstenção nas eleições tem preocupado alguns órgãos de soberania. Nesse sentido, o Governo encomendou estudos sobre a alteração da lei eleitoral que servirão de base à elaboração de uma nova proposta de lei que o Governo pretende apresentar à Assembleia da República. O Presidente da República tem-se mostrado empenhado na reforma do sistema político.

1. No texto faz-se referência a lei.

Defina lei em sentido restrito.

2. A lei eleitoral, como todas as normas jurídicas, apresenta as características da imperatividade e da generalidade.

Mencione em que consistem a imperatividade e a generalidade.

3. O Governo é um órgão de soberania.

Indique as funções do Estado exercidas pelo Governo.

4. Toda e qualquer lei da Assembleia da República tem de ser publicada.

Refira em que consiste a *vacatio legis*.

5. O Presidente da República, entre outras funções, exerce o direito de veto.

Diga em que consiste o direito de veto exercido pelo Presidente da República.

II

O texto que se segue faz referência à falta de segurança do cidadão para navegar na *internet*, por ausência de regulamentação adequada.

A navegação na *internet* deixa atrás de si um rasto de pegadas reveladoras dos gostos e dados pessoais do navegante. A mais inocente conversa pode conduzir a um pesadelo nos tribunais se do outro lado estiver um polícia disfarçado.

A falta de regulamentação dos primeiros tempos, que semeou o pânico entre os defensores da lei, deu lugar a um conjunto de legislação paranóico e anacrónico, que não protege os utentes de eventuais criminosos.

Revista Expresso, n.º 1406, 08.10.99 (adaptado)

1. Os crimes praticados na *internet* podem ser julgados nos tribunais.

Refira em que consiste a independência dos tribunais.

2. A legislação que regula a navegação na *internet* não só é anacrónica como apresenta lacunas.

Explique o aparecimento de lacunas da lei, nestas matérias.

3. O texto sugere que a legislação que regulamenta a navegação na *internet* não respeita nem o valor da Justiça nem o valor da Segurança.

Relacione a realização dos valores da Justiça com a realização dos valores da Segurança na aplicação do Direito.

III

Leia com atenção os seguintes artigos:

Art.º 1038.º do Código Civil

São obrigações do locatário:

(...)

c) não aplicar a coisa a fim diverso daquele a que ela se destina.

Art.º 64.º do Regime do Arrendamento Urbano

1. O senhorio só pode resolver o contrato se o arrendatário:

(...)

b) usar ou consentir que outrem use o prédio arrendado para fim ou ramo de negócio diverso daquele ou daqueles a que se destina;

(...)

Atendendo ao disposto nos artigos acima transcritos, considere a seguinte situação:

José habita uma casa arrendada, propriedade de Manuel. Encontrando-se desempregado, decidiu montar uma pequena banca de venda de jornais e revistas num pátio, que faz parte integrante da casa arrendada, situado junto à porta de entrada da mesma.

1. A validade do contrato de arrendamento está dependente da observância de determinados elementos essenciais.

Indique os elementos essenciais genéricos de validade dos contratos.

2. O contrato de arrendamento é um contrato bilateral sinalagmático e oneroso.

Justifique esta afirmação.

3. Com base nos artigos transcritos, **explique** se sobre José, enquanto locatário, recai um dever jurídico ou uma sujeição.

IV

O **GRUPO IV** é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

«Os direitos das mulheres são parte integrante da Declaração Universal dos Direitos do Homem e estes são universais, inalienáveis e indivisíveis.»

Boletim da Ordem dos Advogados, n.º 4/99, Julho/Agosto

Art.º 13.º da Constituição da República Portuguesa

1. *Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
2. *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.*

Analise os textos, relacionando-os com os seguintes aspectos:

- os Direitos Humanos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, como manifestação do Direito natural;
- o art.º 13.º da Constituição da República Portuguesa e o princípio da igualdade previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

TEMA B

Foi publicada no Diário da República a Lei n.º 168/99, que aprova o novo Código das Expropriações e que deverá entrar em vigor 60 dias depois da publicação. O novo Código parece conter uma disposição contrária ao disposto no art.º 62.º, n.º 2, da C.R.P. Só é de esperar que, o mais breve possível, exista apreciação jurisdicional dessa inconstitucionalidade, nomeadamente pelo Tribunal Constitucional.

Semanário Expresso, 99.10.23 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- fases da elaboração de uma lei;
- inconstitucionalidade material da lei e fiscalização concreta da constitucionalidade das leis.

FIM

V.S.F.F.

129/5

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 x 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

Tema A ou B	30 pontos
	30 pontos

TOTAL **200 pontos**